



Património escolar. Visibilidade da herança educativa ou aspeto menor da musealização do quotidiano?

(School heritage: Educational legacy in the spotlight or a marginal dimension of themusealization of everyday life?)

Margarida Maria LOURO FELGUEIRAS

Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

RESUMO: O património escolar ganhou visibilidade e é hoje tema aceite quer entre historiadores quer museólogos/as. Sendo, uma realidade triunfante em diversos países, com longa tradição em museus pedagógicos nacionais, que remontam ao século XIX, em outros, esse movimento inicial foi esquecido e só retomado nos anos 80 do século XX. É o caso de Portugal, de Espanha e do Brasil. Pretendemos neste artigo analisar a emergência de museus da educação, na grande variedade de designações, no contexto da musealização do quotidiano, em que a vida escolar tomou um lugar preponderante nas sociedades contemporâneas. Simultaneamente, identificar o papel da História da Educação enquanto disciplina na formação de educadores/as na valorização do património, o desinteresse dos poderes centrais e a proatividade de pequenos núcleos de docentes, apoiados pelas comunidades e pelo poder local na criação de museus escolares. Refletiremos sobre o caso português, paradigmático pela negativa, recorrendo a exemplos de outros países.

PALAVRAS-CHAVE: património escolar; museus de educação; musealização do quotidiano; centros de memória da educação; iniciativas de base de professores;

ABSTRACT: Educational heritage is a recognized area of research among both historians and museologists. While many countries have a longstanding tradition of national pedagogical museums dating back to the 19th century, in countries such as Portugal, Spain, and Brazil, this initial wave of interest later receded and was only revived in the 1980s. This article explores the development of education museums, including the wide variety of institutional models and terminology, within the broader framework of the musealization of everyday life in contemporary societies, in which school culture plays a significant role. The study highlights the role of History of Education in preparing educators to value and preserve cultural heritage narratives, the limited involvement of central authorities, and grassroots initiatives by teachers to create school museums with the support of local communities and municipalities. The analysis centres on Portugal as a negative paradigm of the phenomenon, and draws comparisons with other countries.

KEYWORDS: educational heritage; education museums; musealization of everyday life; educational memory institutions; teacher-led initiatives

Introdução

Os museus de educação ou pedagógicos surgiram no século XIX, no contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial, que ao expandir o seu campo económico, alia uma imagem de progresso através de imagens publicitárias de grande alcance, com a realização de diversas feiras e exposições internacionais. Nessas exposições a educação tinha lugar reservado, manifestando uma “crescente ligação entre o Estado e a cultura, entre o poder e o conhecimento”.¹ Serviam, simultaneamente, para divulgar as últimas realizações e produtos de todo o tipo e criar clientes para os produtos destinados aos sistemas educativos, que os países industrializados difundiam como expoentes do progresso civilizacional, já assinalado por vários autores.² As Grandes Exposições Mundiais ao mostrarem o nacional permitiram a catalogação e hierarquização dos países mas também o diálogo entre propostas, práticas e soluções. Funcionaram igualmente como forma de pressão junto dos poderes públicos, por parte da imprensa e das empresas comerciais de maior desenvolvimento capitalista, no sentido da internacionalização das vendas dos seus produtos para a educação. Em Portugal como em outros países como Suíça, Alemanha ou Itália, pessoas de vária formação, entre elas professores, desenvolvem também modelos didáticos e de carteiras escolares, que procuram ligar ao mundo da produção.³

No contexto de um positivismo otimista, reforçado pela teoria evolucionista de Darwin, estas exposições e os museus da educação delas resultantes serviram, para além da universalização de discursos educativos na sua ligação com o poder, a hierarquização dos estados modernos segundo um

¹ Marta Anico, *Museus e Pós-Modernidade. Discursos e performances em contextos museológicos locais* (Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2008), 119.

² Margarida Louro Felgueiras, “Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa”, em *Pro-Posições* 16, n. 1 (46) (jan./abr. 2005), 107-124; Margarida Louro Felgueiras, “Herança educativa e museus: Reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica”, em *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, n. 1 (25), (jan./abr. 2011), 67-92 [Este trabalho foi apresentado oralmente numa mesa coordenada do VIII Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação, realizado no Porto em junho de 2008, tendo recebido algumas sugestões da discussão havida]; Agustín Escolano Benito, “La cultura material de la escuela”, em *La cultura material de la escuela. En el centenario de la Junta para la Aplicación de Estudios, 1907-2007*, ed., Agustín Escolano Benito, (Berlango de Duero: CEINCE, 2007), 15-27; Martin Lawn, ed., *Modelling the Future: Exhibitions and the Materiality of Education* (Oxford: Symposium Books, 2009)

³ Juri Meda, “Patentes e Monopólios Industriais: Novas fontes para uma História da Indústria Escolar – primeiras sondagens nos arquivos italianos (1880-1960)”, em *Cultura Material Escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*, (org.) Vera Lúcia Gaspar da Silva, Gizele de Sousa e César Augusto Castro (Vitória, Br: Sociedade Brasileira de História da Educação; Universidade Federal do Espírito Santo; EDUFES, 2018), 463-470; Joaquim Manuel Fernandes de Carvalho, *A indústria do mobiliário escolar em Paços de Ferreira : o caso da Fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros, Lda.*, (Porto :Edição do Autor, 2004).

modelo de “civilização”, marcado pela revolução industrial. Para esse escalonamento, traduzido em estatísticas, era avaliado o bem-estar das populações, pelo acesso a bens, entre eles os culturais (número de escolas, de estudantes, mobiliário e material escolar, escolas de formação de professores). Esta hierarquização era mais notória ainda, ao colocar em paralelo as tecnologias das sociedades simples com as sociedades mais complexas, servindo os objetivos colonialistas, mostrando como a colonização beneficiava os colonizados/escravizados, ao fazê-los participar do processo de modernização ocidental.

Os museus participavam da propagação das novidades, quer em termos de modelos de ensino, de formação, de material didático e de pedagogias, de mobiliário, quanto da conceção de espaços para escolas. Em Portugal, o movimento inicial de criação de um museu pedagógico faz parte desse movimento internacional e teve como protagonistas principais o pedagogo Adolfo Coelho e a Câmara Municipal de Lisboa, em 1882-1883. A obra pouco resistiu ao desaparecimento do seu autor, mas a ideia de criação de museus pedagógicos foi retomada pela ditadura, em 1933,⁴ na Escola Normal de Lisboa.⁵ De salientar que foi Adolfo Lima o encarregado de criar a Biblioteca Museu da Escola do Magistério Primário de Lisboa. Era um pedagogo, ativista do movimento da Escola Nova e perseguido pelo regime, que tinha uma ideia muito clara do que deveria ser esse museu e a ele se deve a recolha e salvaguarda das coleções do Museu Pedagógico Municipal de Lisboa, anteriormente criado por Adolfo Coelho.

Importa-nos salientar que ao longo da ditadura o propósito político do Estado era criar um vínculo com o passado da nação, que importava ao regime, uma imagem coletiva de um passado glorioso, expresso nos mapas do império, sempre presentes nas escolas. Os professores/as eram constrangidos a participar da divulgação desse passado mítico e, simultaneamente, convidados a recolher e criar nas suas escolas pequenos museus pedagógicos, de pendor etnográfico. O objetivo era criar uma vinculação identitária coesa das crianças com a comunidade de origem, e que possibilitasse o ensino intuitivo. Tudo isto é contemporâneo da realização das Exposição Colonial no Porto, em 1934 e da Exposição do Mundo Português, em Lisboa, em 1940, que teve um desdobramento no Porto. Esta

⁴ Portugal, Ministério da Educação Nacional, *Decreto n.º 22.369*, de 30 de março de 1933.

⁵ Maria João Mogarro, “Património Educativo e Modelos de Cultura Escolar na História da Educação em Portugal,” em *Cuestiones Pedagógicas*, 22 (2012), 67-102, em que a autora faz uma descrição geral da evolução dos museus pedagógicos em Portugal.

última exposição,⁶ em plena II Guerra Mundial, foi concebida como uma poderosa máquina de propaganda da ditadura, guardiã e continuadora dos grandes feitos e valores que formavam a identidade nacional, funcionando como um ensino de massas sobre o passado glorioso de país. Com um foco na ruralidade e nos valores tradicionais, e outro na glorificação da história do país e do regime, que os preservava e continuava, procura afirmar a grandiosidade do império e mostrar as populações sobre domínio, criando uma coisificação do outro, exposto como se de um zoo humano se tratasse. Este colocar em montra outros seres humanos e seu habitat provocava um sentido de superioridade rática ao visitante em relação aos outros povos e culturas sob domínio, procurando incutir a convicção do benefício da difusão da civilização, que a colonização portuguesa lhes levava.

A colonização mostrada como a glória do passado e do presente do regime, numa narrativa única, linear, em termos absolutos, que não admitia ser sequer discutida, numa população maioritariamente pobre e analfabeta, vai acabar por ser naturalizada, absorvida como senso comum. Segundo Barthes, citado em Marta Anico, “Quando as narrativas são naturalizadas, funcionam como mapas conceptuais através dos quais os indivíduos atribuem significado ao mundo”.⁷ É de supor que tais mapas, ancorados em discursos repetidos, persistam quer no imaginário coletivo quer individual, constituindo mitologias nacionais ou de grupos, abertas a recomposições, mas de lenta transformação, pois ligada às identidades dominantes.

Os museus em geral participaram, pela forma expositiva, pela valorização da guarda das suas coleções neste movimento de afirmação nacionalista, montado pela propaganda oficial. O que não chegou a acontecer com os museus pedagógicos, pela diferente orientação e sua inexistência a partir de 1947.

A nova museologia e a visibilidade do quotidiano: património escolar, cultura material escolar e herança educativa.

O processo democrático português é contemporâneo de questionamentos acentuados quanto à organização dos museus, funcionamento e sua função social. As exigências de democratização, de participação cívica da sociedade a todos os níveis e também cultural, a nível internacional, levaram à criação do Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), que se constituirá em Lisboa, em 1985. Dez anos mais tarde, em Portugal, assistiu-se à criação do Secretariado Nacional do MINOM.

⁶ Esta exposição, semelhante a outras realizadas na Inglaterra, França e Bélgica, foi a última do género, não só em Portugal como nos países colonizadores europeus.

⁷ Barthes, citado em Anico, *Museus e Pós-Modernidade*, 118.

A nível central foi criado o Instituto Português de Museus (IPM) em 1991 e a Rede Portuguesa de Museus (RPM) em 2000, que estabeleceu uma plataforma de contacto para os museus portugueses, públicos e privados.⁸ De notar que nem todos os museus portugueses pertencem à Rede, pois a candidatura obriga a uma série de exigências, nem sempre possíveis de cumprir pelos pequenos museus. O Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC) mostra que a evolução dos museus da RPM tem sido crescente, desde 2001, mas que se nota uma desaceleração desde 2017. É visível, também, a existência de museus em todas as regiões do país, com maior concentração no eixo litoral de Setúbal até à região de Viana do Castelo. Significativo, ainda, é que 83% dos museus são de tutela pública (n= 165), dos quais 43,6% são de tutela das câmaras municipais. A maioria dos museus são de Arte (30,3%) ou pluridisciplinares (24,2%), representando os de História e os de Arqueologia 7,9% cada e os de Etnografia e Antropologia com 7,3%. Há uma categoria de museus Especializados, não definida, que representa também 7,9%, onde possivelmente estará aqui incluído o Museu Escolar de Marrazes, o único de educação que fazia parte da lista de museus da RPM em 2022.⁹

A partir dos anos de 1980 assistiu-se a uma valorização dos elementos constituintes dos saber-fazer de diferentes grupos sociais, resultado de uma tomada de consciência de grupos sociais subalternizados e silenciados, ao mesmo tempo que as suas condições de trabalho sofreram alterações rápidas, que tornavam o seu passado irreconhecível, para as gerações mais novas. O mesmo vinha a acontecer com o ensino e com os/as professore/as, sobretudo professores/as primários/as (atual 1.º ciclo de ensino) e também do ensino secundário. Associações locais, associações de índole profissional, por exemplo dos ferroviários e dos mineiros, grupos de professores/as aposentados, projetos educativos de escolas ou de agrupamentos de escola movimentaram-se no sentido respetivamente preservar e expor artefactos e memórias ligados às suas atividades e /ou das comunidades em transformação acelerada, dando por vezes origem a pequenos ou médios museus, como são o caso, respetivamente, do Museu Mineiro em São Pedro da Cova, Gondomar e do Museu Ferroviário, com sede no Entroncamento, mas com núcleos noutros locais.

Cingindo-nos apenas à educação, os artefactos do ensino-aprendizagem, em particular os manuais e a arquitetura escolares foram os primeiros a merecer a atenção de investigadores/as do campo da história, sociologia, história da educação e arquitetura, em vários países. Quer a arquitetura enquanto

⁸ Direção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM, *Desafios da XI Legislatura* (30 de novembro de 2009), disponível em [https://icom-portugal.org/multimedia/Desafios_XILegis\(1\).pdf](https://icom-portugal.org/multimedia/Desafios_XILegis(1).pdf).

⁹ Ver J. S. Neves, J. Santos e L. Ferreira, *Os museus da Rede Portuguesa de Museus em 2022*. (Lisboa: Observatório Português das Atividades Culturais. CIES-ISCTE, 2023). <https://doi.org/10.15847/CIESOPACIC022023>

espaço especializado e símbolo de uma “gramática da escola”,¹⁰ quer os manuais escolares como reprodutores de ideologia, de preceitos religiosos, de normas curriculares e de preconceitos os mais diversos (relações patriarcais, raciais, de subalternização e conformismo com a ordem dominante) foram os que mais chamaram a atenção e têm sido objeto de estudos académicos. Outros artefactos foram adquirindo visibilidade lentamente, como o mobiliário escolar e outros objetos escolares¹¹ pondo em relevo a cultura material escolar. No Brasil o movimento foi idêntico: “As escolas, em princípio as grandes depositárias deste acervo, preservam, [...] muito pouco ou quase nada em termo de documentos relativos às práticas pedagógicas.”¹² A autora observava a falta de planos de aula, cartazes de leitura, cadernos de alunos, materiais para o ensino da matemática, por exemplo. Passados 27 anos sobre estas afirmações, verificamos um processo progressivo em direção aos vestígios das práticas educativas, num diálogo sempre aberto ao questionamento inesperado com que a herança educativa nos interpela. Muitos são os artigos, livros e coletâneas publicados no Brasil sobre a cultura material da escola, procurando dar uma imagem geral da materialidade escolar e do processo de escolarização no Brasil, considerando as realidades diversas em cada Estado.¹³ Acompanhando este crescendo de investigação histórica em Educação desenvolveu-se igualmente diferentes museus /centros de memória e centros de recursos da educação, de que destaco, apenas, alguns dos exemplos mais marcantes: Museu da Escola Professora Ana Maria Casasanta Peixoto, Belo Horizonte; MEB. Museu da Educação e do Brinquedo, Faculdade de Educação, USP; Museu da Escola Catarinense, Florianópolis, Santa Catarina; Museu da Escola Paranaense (MEP) em Curitiba.

¹⁰ Antonio Viñao Frago e Agustín Escolano, *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*, tradução de Alfredo Veiga-Neto (Rio de Janeiro: DP&A, 1998).

¹¹ Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá Machado, *Maneiras de sentar: contributo para a história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal, 1835–1970* (Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2004) [Tese de Mestrado em Ciências da Educação (Área de História de Educação)]; Margarida Louro Felgueiras, “A História e os seus registos. O Museu como “registro””, em *A Escola Primária: entre a imagem e a memória*, org., Rogério Fernandes e Margarida Louro Felgueiras, (Porto: Projecto “Museu Vivo da Escola Primária”, 2000), 81-93; Carlos Manique da Silva, “Modelos de carteiras escolares propostos pela Direção-Geral de Instrução Pública de Portugal (1877): a referência da Exposição Universal de Viena,” em *Educar em Revista*. (Curitiba, Brasil, v. 35, n. 76, (jul./ago. 2019), 51–69.

¹² Anamaria Casasanta Peixoto, *Museu da Escola de Minas Gerais: um projeto a serviço de pesquisadores e docentes* (Belo Horizonte: Centro de Referência do Professor e Governo de Minas Gerais, 1998), 1. Refiro Anamaria Casasanta e este museu em particular, por ter sido o primeiro museu escolar de língua portuguesa.

¹³ A título de exemplo, apenas, Wiara Rosa Rios Alcântara, *Por uma história económica da escola: a carteira escolar como vector de relações São Paulo (1874-1914)*. (São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2014) [Tese de doutoramento].

Em Portugal, a preservação do património educativo e seus acervos emerge quase em simultâneo entre os professores e historiadores da educação. As memórias da escola, a procura e guarda de acervos de professores foram introduzidas na historiografia em Portugal e no Brasil na década de 1990.¹⁴ Simultaneamente tornou-se visível a necessidade de intervenção cívica para a salvaguarda das fontes e, progressivamente, tomou-se consciência da sua importância como um legado a transmitir.¹⁵ O que exigiu e continua a exigir um trabalho de inventariação, catalogação, recolha, estudo e exposição dos artefactos. Esta devolução às comunidades requiere um discurso cuidado, fundamentado e desmistificador, em que as comunidades se reconheçam, mas também que ajude a pensar o pondo de partida e o futuro desejado.

No caso português, os/as professores/as das escolas primárias deparavam-se com vários tipos de artefactos, que consideravam uma herança educativa, testemunhos das suas práticas educadoras e das aprendizagens das crianças e alunos: tinteiros, penas, lousas, ábacos, quadros parietais, provas de exame, certificados de exames, brinquedos usados no recreio, materiais do gabinete médico. A eles se juntavam memórias de professores e alunos, que alguns foram recolhendo ou anotando.

Os/as docentes dos outros ciclos de estudo deparavam-se com a existência de bibliotecas muito antigas e materiais de laboratório ou de ensino de ciências naturais, física, já em desuso, mas de grande qualidade e extremamente elucidativos quanto à qualidade de ensino nelas praticado e da própria evolução científica. Esta visibilidade questionante de uma herança educativa esquecida, restrita a um pequeno núcleo de docentes, que tem uma presença física que se impõe, porque ocupa lugares, muitas vezes requeridos para fins diversos, obrigou as escolas a tomar algumas medidas de salvaguarda, algumas vezes à revelia da tutela nacional ou com o auxílio de projetos de investigação,¹⁶ da RPM e da direção das escolas. Surgiram assim algumas salas-museus, como a que se verifica na Escola Secundária Rodrigues de Freitas, no Porto, ou Seomara da Costa Primo, na Amadora.

Esta presença de um passado que urge estudar, questionar e preservar levou investigadores/as da História da Educação a procurar intervir, pela necessidade ética de salvaguardar as fontes com que se deparavam, no desenvolvimento das suas pesquisas. Vários projetos se desenvolveram cujo objetivo

¹⁴ Felgueiras, "Materialidade da cultura escolar," 109.

¹⁵ Felgueiras, "Herança educativa e museus," 75.

¹⁶ António Nóvoa e A. T. Santa-Clara, (Coord.), *Liceus de Portugal: arquivos, histórias, memórias*, (Porto: Edições Asa, 2003).

era criar um arquivo e um museu da educação¹⁷ ou museus setoriais, como o projeto Para um Museu Vivo da Escola Primária,¹⁸ ou um museu pedagógico na Escola Superior de Educação de Santarém, projeto Museológico sobre Educação e Infância, dirigido por Luís Vidigal. Por razões diversas nenhum dos grandes projetos financiados pela FCT se concretizaram, o que revela a pouca aceitação destas propostas do Ministro da Educação no governo, para quem cultura é apenas custos, quer de instituições regionais, em dar continuidade e investir na estruturação de espaços condignos e com pessoal especializado, para a criação de museus da educação. Existiu alguma investigação e esforços, por nós desenvolvidos em conjunto com o Professor Rogério Fernandes e outros investigadores de diferentes Universidades e Institutos Politécnicos para criar a Rede de Investigadores em História e Museologia da Infância e da Educação – RIHMIE.¹⁹ Realizarem dois encontros Ibéricos de Museologia da Educação: I Foro Ibérico de Museísmo Pedagógico, em Santiago de Compostela, organizado por Vicente Peña Saavedra e pelo MUPEGA, em 2001, em que participaram cinco projetos de museus escolares portugueses e três outras intervenções e o II Fórum Ibérico de Museologia da Educação, em 2010, com grande participação da Galiza e de várias outras Autonomias, em colaboração com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo.²⁰ Ainda se concretizaram encontros nacionais na Escola Superior de Santarém, por iniciativa de Luís Vidigal, mas estas iniciativas não tiveram condições para sobreviver. As Declarações de Santiago de Compostela e de Viana do Castelo não tiveram acolhimento efetivo entre os investigadores portugueses. Entre várias razões podemos indicar algumas, mais evidentes: a dispersão dos historiadores em vários projetos, sem apoios da Tutela ou de outras estruturas regionais ou da sociedade civil; a cultura material da educação não ser uma linha de investigação sedimentada em Portugal, mesmo na atualidade. Ao contrário, em Espanha, assistiu-se à criação do Museu Pedagógico de Santiago de Compostela, em 21/10/2004 dinamizado por Vicente Peña Saavedra sob a tutela do Governo Autónómico; da Sociedade Espanhola para o

¹⁷ O Instituto Histórico da Educação, em *Decreto-Lei n.º 206/98*, de 13 de julho (1998-2002). Foi resultado de uma proposta apresentada por António Nóvoa ao então Ministro da Educação, Marçal Grilo.

¹⁸ Margarida Louro Felgueiras e Rogério Fernandes, *Projeto Para um Museu Vivo da Escola Primária* (Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto/FCT, 1997-2001)

¹⁹ A RIHMIE (Coimbra, 1999) foi criada em reunião convocada por nossa iniciativa, com o apoio do Professor Rogério Fernandes e de Luís Vidigal, que assumiu a coordenação, connosco e com Rogério Fernandes e a publicação da *Folhamie*, que durou alguns anos.

²⁰ II Fórum Ibérico de Museologia da Educação, *A Herança Educativa em Portugal e Espanha: entre esperanças e incertezas* (Viana do Castelo: SPCE e Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 5–7 de fevereiro de 2010).. Por nós organizado quando da presidência da Secção de História da Educação da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. A *Folhamie* publicou a Declaração de Viana do Castelo.

estudo do Património Histórico-Educativo (SEPHE), que continua a realizar congressos e à criação do Centro Internacional de Cultura Escolar (CEINCE), em seis de março de 2006, da iniciativa de Agustín Escolano Benito, com apoios europeus e de outros âmbitos, para só referir alguns. Nestes casos, além dos encontros e seminários realizados, há que assinalar a realização de exposições “com uma ação didática com os visitantes”²¹ e exposições temporárias, como *Luces de Alén Mar*, que também esteve em Portugal, no Centro Interdisciplinar, Transfronteiriço e Inter-regional de Memória da Educação - CITRIME- Murça, em 2020.

Mau grado todos os percalços sofridos, a RIHMIE ainda juntou cerca de 21 projetos de museus ou pequenos núcleos, alguns dos quais conseguiram tornar-se museus, sob a ação das respetivas autarquias: o Museu Escolar de Marrazes, Leiria; o Museu escolar Irmãos Oliveira Lopes, em Válega, Ovar e o Museu do Brinquedo Tradicional, em Cernache do Bonjardim. Alguns pequenos núcleos ou salas museu abriram, mas encontram-se fechados por mudanças de orientação nas Juntas de Freguesia, de que dependiam. Apesar disso, podemos dizer que existem a funcionar museus escolares, salas museus ou pequenos núcleos museológicos escolares, criados por grupos de professores, vários deles reformados, com o apoio das autarquias. Sem querer ser exaustiva, identificámos na região norte de Portugal ainda um número significativo de concretizações.

Marta Fontoura considera que os projetos sobre o património escolar do ensino primário, pouco se conseguiram concretizar, como já afirmámos, e que “a base de dados da Secretaria-Geral/Ministério da Educação (SG/ME) [...] não apresenta objetos diretamente ligados ao ensino primário”.²² A autora mapeou a realidade relativa à existência de museus específicos ou com coleções de materiais escolares ou infantis, no norte de Portugal, em 2022. Desses, identificámos somente seis museus escolares/ da escola/ da educação, um museu do brinquedo e um museu municipal com uma coleção de mobiliário escolar. São estes os museus por nós identificados: Museu do Brinquedo Português, Ponte de Lima; Escola Museu de Vilar do Peso, Cinfães; Museu da Educação em Silhares de S. Martinho, Fafe; Museu da Escola, em Vila Verde, Vinhais; Museu Pedagógico de Lamego, em Avões de lá; Casa da Cultura – Museu da Escola, Ribeira de Pena, Sala Museu - Escola de Riodades, São

²¹ Antón Costa Rico e Xosé Manuel Malheiro Gutiérrez “A investigación sobre Historia da Educación”, em *A Investigación Educativa en Galicia*. 2015-2024, Miguel Anxo Santos Rego, ed. (Vigo: Galaxia, 2025), 31-63.

²² Marta Fontoura Miranda, “Património Escolar do Ensino Primário (PEEP) e coleções nos museus do norte de Portugal”, em *Ensaio e Práticas em Museologia*, vol. 10, ed. P. M. Homem, B. Andrez, G. Soares e L. Amaral (Porto, 2021). <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18898.pdf> (consultado em 9/8/2025)

João da Pesqueira. Há ainda no Museu Municipal de Paços de Ferreira uma coleção de mobiliário escolar, por nós organizada, que reconstitui uma sala de aula da época da ditadura. Outras tentativas existiram, através de projetos pedagógicos de escolas, mas que não se materializaram.

Esta inventariação do campo museológico apresenta três aspetos, que importa realçar:

a) a importância da ação dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico e de professores já aposentados em salvaguardar a materialidade das suas práticas, devolvendo-as às comunidades locais como uma herança comum, com que se identificam e se unem na leitura do seu passado existencial, numa sociedade e num território onde cresceram e muitas vezes dele se afastaram, à procura de melhores condições de vida. Mesmo nessa diáspora, a escola é onnipresente e revelou-se um instrumento importante para a manutenção de laços familiares e mesmo de ascensão social;

b) o papel das Juntas de Freguesia e dos municípios que acarinham e tornam possíveis esses pequenos museus, mantendo-os em funcionamento, mesmo com um corpo profissional reduzido, mas assumindo-os como uma montra do seu passado, um fator e um espaço inclusivo de cultura. Perante a indiferença do poder central alguns municípios têm revelado maior empenho com a salvaguarda das suas heranças culturais, nela incluída a educativa e sua materialidade. O rememorar do passado pelos mais velhos e a iniciação dos mais jovens num mundo comum de heranças simbólicas e materiais representa um compromisso com a preservação de memórias do quotidiano e o criar de condições para a sua renovação. Simultaneamente, a criação destes espaços de partilha cultural gera condições de bem-estar social dos residentes e aumenta a atratividade dos territórios de baixa densidade populacional em termos turísticos, sendo um apoio ao desenvolvimento sustentável;

c) a presença diminuta dos/as historiadores/as da educação na concretização destes projetos e respetivos programa museológicos, a que não é estranha a falta de renovação de docentes universitários/as e o enfraquecimento progressivo da História da Educação nos currículos universitários.

A História da Educação ou a sua ausência: o caso português.

A história da Educação, que conheceu um crescimento significativo no Ensino Superior nos anos 1980 até ao final de primeira década do século XXI, apresenta atualmente um considerável recuo na maioria dos planos curriculares dos cursos quer em Ciências da Educação, quer nos próprios cursos de História e tende a desaparecer dos currículos de formação de professores. Um tal recuo deve-se à pressão por unidades curriculares mais técnicas, práticas ou sobre temas socialmente mais prementes, tais como gestão de conflitos, administração escolar, inteligência artificial, etc. Chega mesmo, em algumas universidades, a ficar reduzida a uma unidade curricular optativa a nível de mestrados em

educação ou na formação de professores. Esta diminuição do campo da docência de nível superior reduz drasticamente a criação de um público interessado quer na investigação quer no conhecimento histórico da educação. Marta Fontoura²³ analisou o conjunto de teses e dissertações sobre o património escolar disponíveis no Repositório Nacional - RCAAP e identificou 24 trabalhos entre 2003 e 2018, sendo estes realizados na área da História, não distinguindo se de História, de Ciências da Educação ou de História da Educação se tratava, o que nos leva a pensar que alguns trabalhos tenham ficado fora do âmbito da sua pesquisa. Contudo, “Dos 24 trabalhos de investigação, dos 5 referentes ao Património Material Móvel, 2 relacionam-se com mobiliário, 2 com manuais e 1 com os materiais associados ao ensino da matemática”.²⁴ O que mostra que a cultura material escolar não constitui ainda um foco importante da investigação histórica da educação.

A pouca força política que os diversos ministros da Educação²⁵ manifestaram perante as tentativas de investigadores para a criação de um Museu da Educação, como o projeto apresentado por António Nóvoa²⁶ e a falta de apoio dos presidentes de uma autarquia tão significativa como o Porto, com um passado importante de intervenção na educação, para se criar um museu setorial da educação,²⁷ são factos passados, que não augura um futuro auspicioso para o campo da museologia da educação nem seu estudo em Portugal, ao contrário do que acontece no Brasil, em Espanha ou em outros países europeus.

A acusação dos representantes políticos de que a Universidade vive de costas voltadas para a sociedade civil, vê-se desmentida pelas inúmeras parcerias e projetos que os investigadores, de forma sistemática, vão apresentando. A realidade é que, de um modo geral, as ciências sociais e humanas só lhes interessam marginalmente. A História da Educação ao ser afastada dos planos curriculares da formação de professores e educadores na maioria das instituições de ensino superior vai diminuir a sua

²³ Miranda, “Património Escolar do Ensino Primário”, 117-118.

²⁴ Miranda, “Património Escolar do Ensino Primário”, 117.

²⁵ Utilizamos esta designação para simplificar a tutela, uma vez que os ministérios mudam frequentemente de nome conforme a mudança de governo.

²⁶ António Nóvoa, após um levantamento de uma amostra significativa das escolas do país, apresentou ao Ministro da Educação a proposta de criação de um Instituto Histórico da Educação em Lisboa, com valências de arquivo e museu. Chegou a ser criado pelo *Decreto-Lei n.º 206/98, de 13 de julho* e prorrogada a sua instalação até 2002, pelo *Decreto-Lei n.º 246/2001*.

²⁷ Felgueiras e Fernandes, *Projeto para um Museu Vivo*, recusado pela autarquia a parceria com a Faculdade e o Projeto financiado pela FCT, quando já existia um projeto museológico e o projeto de arquitetura para recuperação de um edifício emblemático do ensino infantil na cidade do Porto.

investigação e difusão. Não estando a cultura material da educação suficientemente afirmada como linha de investigação fundamental na perspetiva de uma história cultural e social da educação, é de prever que muito do espólio das escolas se continue a perder e o recolhido permaneça armazenado e inacessível aos investigadores.

Em Portugal, quer a cultura quer a educação foram quase sempre os grandes esquecidos dos poderes públicos. Se em Espanha, por exemplo, a museologia escolar pode ser considerada um movimento forte e promissor nas diferentes autonomias, o mesmo não poderemos dizer de Portugal. Intuo, também, que o movimento sobre o património escolar na contemporaneidade teve origens diferenciadas nos dois países, ficando Portugal aquém dos demais países europeus. Se tivermos em consideração a análise que Pablo Álvarez Domínguez²⁸ apresenta da emergência e desenvolvimento atual dos museus pedagógicos ou de educação em Espanha, com a apresentação de um conjunto de diversos museus, sua constituição e missão, torna-se evidente o empenho das equipas de docentes universitários em criar, nas suas universidades ou em outros espaços, museus pedagógicos, que estão ao serviço de uma docência comprometida com a salvaguarda do património. Enumera as preocupações e ações do inventário, estudo e catalogação, ao mesmo tempo que esses museus desenvolvem serviços de mediação, que devolvem à comunidade a sua herança educativa. É um facto que disfrutaram de apoios significativos de variadas entidades, mas também apresentam um dinamismo, individual e associativo, que tornam possível a existência e o reconhecimento do importante papel dos museus no desenvolvimento social, cultural e de cidadania. O papel da História da Educação e dos seus investigadores está sempre presente nestes processos e assume-se como uma área promissora da investigação. Percebemos, de forma clara, uma das diferenças importantes entre os dois países: a descentralização em Espanha, com as Autonomias e o centralismo e a falta de condições orçamentais do poder local em Portugal, a par de viragens políticas em que pessoas impreparadas para promoverem o desenvolvimento social e sem sensibilidade cultural impedem o funcionamento do que existe ou está em preparação.²⁹

Num panorama pouco luminoso, podemos enumerar de uma forma não exaustiva a existência do Museu Pedagógico João de Deus, em Lisboa, as salas museus de algumas escolas Secundárias, o

²⁸ Cf. Pablo Álvarez Domínguez, “Los Museos Pedagógicos en España: actualidad y perspectivas de futuro,” em *Los Museos Pedagógicos en España. Entre la memoria y la creatividad*, org. Pablo Álvarez Domínguez (Sevilla: Universidad de Sevilla, 2016), 22-32.

²⁹ Foi o caso do Instituto Histórico e Museu da Educação, em Lisboa, do projeto Museu Vivo da Escola Primária do Porto, do projeto de uma sala-museu da escola em Gondomar, de um museu da escola em Paredes, tudo projetos em que estivemos envolvidas e que foram interrompidos pelas autarquias.

museu do Instituto Politécnico do Porto, Museus Universitários, geralmente de Ciências – Naturais, Física, Química, Matemática -, de Medicina e de Belas Artes. Não encontramos nas Universidades portuguesas qualquer museu pedagógico ou de educação, apesar de riquíssimos espólios bibliográficos de muitas delas. O que comprova o desinvestimento dos/as investigadores neste campo, dado os sucessivos fracassos de propostas interdisciplinares e muito consistentes. Restam-nos o Museu Virtual da Educação, do Ministério da Educação, os pequenos museus escolares/educação em meio rural, em que algumas autarquias investiram. Entre estes, ainda não referido, encontra-se o Centro Interdisciplinar, Transfronteiriço e Inter-regional de Memória da Educação - CITRIME- Murça, que recentemente realizou o Encontro Transfronteiriço de Museologia da Educação, com o tema “Museus e Centros de Memória em meio rural”.³⁰

O surgimento dos museus, centros de memória e salas museu em meio rural nasceram de iniciativas de docentes de primeiro ciclo, em geral, de apoios locais e destes sentimentos contraditórios de abandono, esquecimento, desvalorização da memória da profissão e que leva à necessidade de afirmação do ser professor/a em contextos difíceis, de dar testemunho dessas experiências pessoais e sociais, em busca da compreensão das suas raízes, nas práticas de ensino e aprendizagem. O que reforça a importância de uma escola pública de qualidade e de uma História da Educação, que se preocupe com existência quotidiana da procura e da transmissão de conhecimentos, dentro e fora das escolas, na sua materialidade e nas subjetivações que incorpora, para além da realidade retórica do poder.

O CITRIME–Murça teve origem direta no projeto de investigação “Raízes da Educação do Futuro-REduF,” 2017-2021), financiado pela FCT, que reunia uma equipa interdisciplinar de docentes investigadores/as da Universidade do Porto (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - FPCEUP, que coordenava, da Faculdade de Letras- FLUP) e da Universidade do Minho, agregando uma professora local e uma pareceria com a Câmara Municipal de Murça. Contudo, as suas raízes remontam a um projeto pedagógico de um grupo de professoras, liderada pela dr.^a Maria Isabel Breia em 2000, que se concluiu numa exposição aberta ao público e que teve um grande êxito: “A escola de outros tempos”. A adesão manifestada pelos munícipes e pelos professores/as promotoras da

³⁰ Encontro Transfronteiriço de Museologia da Educação, *Museus e Centros de Memória em meio rural*, (Murça: CITRIME-Murça e Câmara Municipal, 21 de julho de 2025). O encontro contou com a presença significativa de diversos representantes de projetos de museus escolares/pedagógicos, e de museus, sobretudo da Galiza - *A escola do Loureiro; un proxecto de dignidade e memoria; Escola da Liga Santaballesa; Muséu Escolar da Capela*, Comarca do Eume, A Corunha; *Complexo etno-pedagógico de Muimenta*, Lugo, mas também de Teruel, Alicante e Burgos, além dos portugueses.

exposição, proporcionou o encontro de elementos locais com a investigadora coordenadora do projeto REduF, tendo-se concretizado numa colaboração ao longo de vários anos.

O financiamento da FCT permitiu um avanço significativo no arranjo do espaço, recolha de artefactos e memórias, investigação, aliada sempre à divulgação através de exposições: uma permanente sobre as “mestras populares” e outras temporárias como “Luces de Alén Mar. As Escolas de Americanos en Galicia”;³¹ “A Educação em Portugal: da Ditadura à Democracia”;³² “Escolas Conde Ferreira: um marco histórico da Instrução Pública em Portugal”;³³ “Das mestras aos Jardins de Infância”;³⁴ “Heranças Culturais da Educação: memórias e objetos na construção da memória coletiva em Liberdade”.³⁵ Ao mesmo tempo realizaram-se quatro colóquios, um seminário online com o Brasil e o Encontro Transfronteiriço de Museologia da Educação já referido, publicaram-se livros e atividades de animação sociocultural, com trabalho inter-geracional, inclusivo, com todos os grupos etários e todas as pessoas disponíveis, criando um espaço vivo, acolhedor, convivial. Participa também nas iniciativas municipais, de serviço à comunidade, principalmente com crianças e estudantes dos ciclos do ensino básico, assim como proporcionando estágios profissionais aos estudantes da Escola Profissional e de investigação, ao nível do Mestrado.³⁶

Da indiferença central ao movimento de base de museus em meio rural e seus desafios

Os museus escolares, de escola ou de educação são geralmente pequenos núcleos inseridos em escolas primárias desativadas, tendo os edifícios de muitas delas valor patrimonial, quer pelo seu arquiteto quer pela sua antiguidade e situam-se em meio rural. O Museu da Educação, do Brinquedo

³¹ “Luces de Alén Mar. As Escolas de Americanos en Galicia”, exposição, Consello de Cultura Galega e o MUPEGA, em CITRIME-Murça, 14 de fevereiro - 31 de março de 2020.

³² “A Educação em Portugal: da Ditadura à Democracia, ” exposição, em CITRIME-Murça 23 de setembro de 2020 - 30 de junho de 2021.

³³ “Escolas Conde Ferreira: um marco histórico da Instrução Pública em Portugal”; exposição itinerante, Assembleia Municipal de Sesimbra, em CITRIME-Murça, 25 de outubro de 2019 - 26 de janeiro de 2020.

³⁴ “Das mestras aos Jardins de Infância”, exposição, CITRIME-Murça, 6 de novembro de 2021. Realizada com a colaboração da Santa Casa da Misericórdia de Murça.

³⁵ “Heranças Culturais da Educação: memórias e objetos na construção da memória coletiva em Liberdade”, exposição, em CITRIME-Murça, 11 de janeiro de 2025. Apresenta algumas das incorporações recentes no CITRIME, que inclui desde um herbário a trabalhos manuais feitos por normalistas do Porto e elementos sobre o Instituto do Professorado Primário Oficial Português, na 1.ª República.

³⁶ Referimos apenas este Centro de memória da Educação como exemplo, pois sabemos que todos os museus em meio rural, tanto no Norte de Portugal como na Galiza, apresentam múltiplas iniciativas em que estão envolvidos com as comunidades a que pertencem.

Português e o CITRIME-Murça situam-se em vilas. São todos museus tutelados pelas autarquias e surgiram, como já foi referido, por iniciativas de professores/as, com o apoio de associações locais e das autarquias. Como afirma Amado Mendes,³⁷ resultam do dinamismo das autarquias, mas não são uma prática generalizada nem resultado de estratégias de desenvolvimento. A guarda do património, em museus, centros de memória ou interpretativos, não pode continuar a ser encarado como um custo, mas como um benefício, no longo prazo, como elemento da formação do “capital humano”. Os museus escolares, da infância ou de educação têm uma relação muito próxima com as comunidades e são constituídas por artefactos singelos, banais e, apesar disso, constituem um recurso para o desenvolvimento, como lugar de encontro, de recurso formativo, comunicacional, para crianças, jovens e adultos, como lugar de lazer, de prática de saberes tradicionais em desaparecimento e, também, como uma atração para visitas turísticas, de divulgação dos territórios. Como afirma o relatório da Comissão de Coordenação da Região Norte, de 1999, “a cultura custa dinheiro mas paga-o bem; só que uma grande parte desse retorno vem em espécie, vem em benefícios de saúde humana e cidadania, para os seus clientes: este [é] um dos pilares da avaliação da cultura.”³⁸

No caso dos museus citados, os municípios realizaram obras de restauro dos edifícios, umas mais profundas que outras, chegando a ficar apenas a frontaria original.³⁹ Estas intervenções arquitetónicas merecem um debate com todos os envolvidos, uma vez que o edifício faz parte das memórias e é um património a conservar, preservando a leitura da sua função inicial, que não deve ser sacrificada a uma estética expositiva atual.

Os museus escolares atuais tiveram como objetivo conservar e reutilizar edifícios escolares com maior ou menor valor arquitetónico, mas nos quais as populações se revêm. Em alguns casos têm um vasto espólio que vêm adquirindo, normalmente por doação, ao longo dos anos, que chega a extravasar a sua base territorial inicial, enquanto outros se mantêm ligados ao espólio inicial, das escolas fechadas. Podemos afirmar que todos estes museus enfrentam desafios importantes, de que depende a sua continuidade e visibilidade. Enumeraremos alguns, que consideramos determinantes:

- alguns destes pequenos museus vivem situações difíceis, sem pessoal qualificado ou outro, que os mantenha regularmente abertos. O que significa que não só tem limitações na sua ação para o

³⁷ José Amado Mendes, *Museus e Educação* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013), 59

³⁸ Cf. Portugal. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território / Comissão de Coordenação da Região Norte, *O sector da cultura nas Câmaras Municipais da Região Norte* (Porto, 1999), 64–65, em José Amado Mendes, *Museus e Educação* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013), 61.

³⁹ Foi o caso do Museu Escolar Oliveira Lopes- MEOL, em Válega.

exterior, para exercer a função de estar ao serviço da comunidade, com ações culturais e educativas delineadas, como internamente não tem quem se dedique ao estudo das coleções, catalogação e divulgação. O que significa que rapidamente se podem transformar num mero depósito de peças;

- viragens políticas, em que pessoas impreparadas e sem sensibilidade cultural e de desenvolvimento social impedem o funcionamento do que foi criado, pensado por outros. Isso pode dever-se a que considerem os anteriores como adversários, justificando que o património é um custo, que serve uma elite e não há razão para nele se investir. É deste modo que alguns projetos já em funcionamento foram simplesmente fechados ou travados. Isto é uma realidade, uma possibilidade, infelizmente sempre provável, não um mero acontecimento passado;

- a crença ingénua nas tecnologias, como panaceia universal para dar visibilidade ao património e como redução de gastos com a guarda, conservação, estudo e ação cultural. Acreditam poupar em espaços, sua manutenção e pessoal. Quando a tecnologia, finalmente tem custos elevados e exigem também um trabalho prévio de estudo, catalogação e naturalmente guarda, as dificuldades adensam-se. Na melhor das hipóteses acaba por existir uma página que não é atualizada e perde qualquer relevância. Este tipo de mentalidade encontra-se largamente difundida entre decisores políticos a vários níveis e mesmo a nível universitário, principalmente onde não existir um trabalho interdisciplinar;

- há ainda uma tendência para a folclorização do que consideram ser popular, assente numa memória de curto prazo. No caso da museologia da educação, traduz-se numa apresentação repetida da escola da ditadura dos anos 50 a 70, muitas vezes sem uma apreciação crítica nem do exposto nem do período, reiterando um certo saudosismo dos mais velhos, com a idealização de um passado escolar em que a segregação, a violência física, a seleção e exclusão dos mais pobres eram a norma. A idealização presente tem por origem um refazer atual de memórias e da imagem de si, em que o trabalho, o sacrifício, o respeito ou medo pelos pais imperava, desvalorizando as realidades atuais das escolas, que mal conhecem. Apesar disso lembram alguns professores/as que no meio desse mundo abafado resistiam, criavam e procuravam que a escola constituísse uma oportunidade para mudar a vida daquelas crianças. Um tal saudosismo faz um apelo ao respeito pelo medo, sem compreensão do que isso significava de aceitação social da violência instituída, sobre os mais frágeis socialmente. Este tipo de discurso expositivo revela-se constrangedor, por ser historicamente pouco fundamentado, constituindo um entrave à construção de uma cidadania responsável, ao ignorar os fundamentos da nossa realidade sociocultural. Em geral, ignora-se as transformações que a educação sofreu na segunda metade do século XIX e no século XX até à ditadura, assim como no último quartel do século XX e início do XXI, como nada havendo digno de se mostrar nestes períodos. É como se a democracia não tivesse entrado na escola, como se não existisse e não tivesse revolucionado a forma de estar de

professores, crianças e alunos, como se a educação fosse uma “mesmice”, sem nada de novo a não ser essa autonomia, que muitos consideram desrespeito.

Destes desafios emerge a necessidade urgente das autarquias conceberem o seu plano de desenvolvimento tendo nele incluído a cultura, com a clarificação entre jogos e desporto, como bem chama a atenção Amado Mendes.⁴⁰ No geral, a cultura encontra-se subsumida na mesma rubrica e é sabido que o desporto leva quase sempre metade ou mais das verbas atribuídas a essa rubrica orçamental. Sem uma gestão cultural, com verbas próprias e pessoal qualificado, os museus escolares/de educação/ pedagógicos ou centros de memória não têm nem as suas funções nem o futuro assegurado. Sem estudos interdisciplinares em história da educação, história social, etnologia, geografia, museologia, estas instituições arriscam-se a transformar-se em repositórios de artefactos de um passado reificado e monolítico, enquistado, onde as vozes dos simples, dos beneméritos locais ou de ações coletivas, dos/as professores/as que procuravam divergir ou ensaiar outras pedagogias, não existem.

Reflexão final

O século XXI está imerso em muitíssimas contradições, com avanços e recuos rápidos e complexos. A realidade portuguesa não lhe é estranha. Na década de oitenta assistimos a uma evolução muito positiva na investigação histórica em Portugal, tanto em quantidade quanto em variedade de temas e problemas abordados, de perspetivas adotadas. Criou-se e *mantem-se* uma Associação de História da Educação⁴¹ ativa, com participação em diversos encontros internacionais e iniciativas, como a realização de encontros nacionais (o último realizou-se no Porto em julho de 2025) e o retomar do COLUBHE, em 2026, interrompido pelo Brasil durante alguns anos. Publica online o Boletim da HISTEDUP que vai no seu n.º 16⁴². Os seus membros têm desenvolvido projetos e significativas publicações, que acompanham o desenvolvimento das tendências atuais em estudos da área. Apesar de tudo isto, a verdade é que se encontra enfraquecida na sua capacidade de mobilização interna e de recrutamento de novos investigadores e de criar grupos de investigação, o que acompanha a acelerada precarização do Ensino Superior e a falta de renovação docente. É

⁴⁰ Mendes, *Museus e Educação*, 60

⁴¹ Seção de História da Educação, da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (1990), que deu início aos Congressos Luso Brasileiros de História da Educação e aos Encontros Ibéricos de História da Educação. Em 2015 transformou-se em Associação de História da Educação de Portugal (HISTEDUP).

⁴² Para mais informações consultar o sítio da Internet <https://histedup.com/>

preocupante verificar que neste final do primeiro quartel do século XXI se verifique um movimento, quase pendular, de apagamento da investigação histórica da educação, como aconteceu na ditadura. Os argumentos aduzidos vêm envoltos em discursos mais tecnológicos e de eficiência burocrático-administrativa, mas o resultado será o mesmo: apagamento da memória profissional dos professores, das suas experiências, aprendizagens, fracassos e reflexões com vista à educação desejada, alicerçada em raízes profundas de mudança, que procura aprofundar a humanização e não é resultado de modismo ou de presentismo. Perde-se na análise rigorosa de factos, discursos ou contextos, no compromisso com a verdade científica, crítica e sempre provisória, em favor de mitificações e falsificações ao serviço de interesses obscuros. O que põe em causa o conhecimento da realidade portuguesa com alguma profundidade e a possibilidade de pensar o futuro não só da área disciplinar como da educação, no seu todo. Sendo irónico, é bem um sinal dos tempos que vivemos e da anomia das próprias universidades, encantadas com o desenvolvimento de tecnologias de guerra, mais do que com um desenvolvimento sustentável e o bem-estar das pessoas.

A dificuldade de afirmação de uma área de investigação ligada à cultura material e uma certa interpretação dos estudos culturais como envolvendo sobretudo as ideias e os discursos, desligados das condições objetivas e subjetivas em que se produzem e das simbolizações que os artefactos representam, desligaram a investigação do compromisso ético de preservação das fontes. As recolhas e as iniciativas de professores de outros níveis de ensino ficaram em parte afastadas das preocupações dos investigadores.

A difícil sensibilização das autoridades para a necessidade de uma ação concertada na salvaguarda, estudo e devolução pública da herança cultural da educação, fez com que esta investigação se tornasse menos atrativa e exigisse militância cultural. Não é por acaso que as grandes escolas secundárias centenárias e as escolas de formação de professores tenham merecido especial atenção, tanto em investigação, traduzida em grandes publicações, quanto na constituição de salas museus nos próprios espaços, enquanto o ensino primário e infantil tem permanecido relegado para um papel quase invisível.

Em contraste com todas as dificuldades enunciadas e outras esquecidas está a vitalidade de grupos de professores dos primeiros ciclos de ensino básico em se mobilizarem, associarem e influenciarem as autoridades no meio rural. Terras tradicionalmente esquecidas dos poderes centrais, gozando de uma autonomia relativa, mas de poucos recursos, algumas têm apoiado a concretização de vários projetos de museologia escolar. Apesar de não ser uma ação planeada ou concertada, vão salpicando o país rural com alguns museus, que constituem focos de encontro e de identidade cultural das populações. Contudo, torna-se urgente que estes núcleos não permaneçam fechados sobre si

mesmos, dependentes, sobretudo da ação de docentes reformados/as, se abram à colaboração com centros de investigação, que se criem condições para a existência de pessoal qualificado nas valências museológica e das ciências da educação, na formação de mediadores/as culturais e de historiadores/as da educação.

A realização do recente encontro transfronteiriço de museologia escolar em meio rural, no CITRIME-Murça, fez relançar a oportunidade da criação de uma rede destes museus dedicados à escola e à escolarização / às infâncias, ao brinquedo e às aprendizagens em meio familiar.

Bibliografia:

- Álvarez Domínguez, Pablo. “Los Museos Pedagógicos en España: actualidad y perspectivas de futuro.”
Em *Los Museos Pedagógicos en España. Entre la memoria y la creatividad*, org. Pablo Álvarez Domínguez, 22–46. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2016.
- Anico, Marta. *Museus e Pós-Modernidade: Discursos e performances em contextos museológicos locais*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2008.
- Associação de História da Educação de Portugal (HISTEDUP). 2015. <https://histedup.com/>.
- Carvalho, Joaquim Manuel Fernandes de. *A indústria do mobiliário escolar em Paços de Ferreira: o caso da Fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros, Lda*. Porto: Edição do Autor, 2004.
- Centro Interdisciplinar, Transfronteiriço e Inter-regional de Memória da Educação – CITRIME-Murça.
fpce.up.pt/ciie/?q=content%2Fedef-raizes-da-educacao-para-o-futuro.
- Costa Rico, Antón, e Xosé Manuel Malheiro Gutiérrez. “A investigación sobre Historia da Educación.”
Em *A Investigación Educativa en Galicia. 2015–2024*, Miguel Anxo Santos Rego, ed., 31–63.
Vigo: Galaxia, 2025.
- Direção da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM. *Desafios da XI Legislatura*. 30 de novembro de 2009. [https://icom-portugal.org/multimedia/Desafios_XILegis\(1\).pdf](https://icom-portugal.org/multimedia/Desafios_XILegis(1).pdf).
- Encontro Transfronteiriço de Museologia da Educação. *Museus e Centros de Memória em meio rural*.
Murça: CITRIME-Murça e Câmara Municipal, 21 de julho de 2025.

- Escolano Benito, Agustín, org. *La cultura material de la escuela. En el centenario de la Junta para la Ampliación de Estudios, 1907–2007*. Berlanga de Duero, Soria: CEINCE – Centro Internacional de la Cultura Escolar, 2007.
- . *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Heloísa Helena Pimenta Rocha e Vera Lucia Gaspar da Silva, ed., Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.
- Felgueiras, Margarida Louro. *Herança educativa e museus: Reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica*. *Revista Brasileira de História da Educação* 11, n. 1 (25) (jan./abr. 2011): 67–92.
- . “Materialidade da cultura escolar: A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa.” *Pro-Posições* 16, n. 1 (46) (jan./abr. 2005): 107–124.
- Felgueiras, Margarida Louro, e Rogério Fernandes. *Projeto Para um Museu Vivo da Escola Primária*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto / FCT, 2000.
- Felgueiras, Margarida Louro. “A História e os seus registos. O Museu como ‘registo’.” Em *A Escola Primária: entre a imagem e a memória*, Rogério Fernandes e Margarida Louro Felgueiras, org. 81–93. Porto: Projecto “Museu Vivo da Escola Primária”, 2000.
- Frago, Antonio Viñao, e Agustín Escolano. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Traduzido por Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- II Fórum Ibérico de Museologia da Educação. *A Herança Educativa em Portugal e Espanha: entre esperanças e incertezas*. Viana do Castelo: SPCE e Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 5–7 de fevereiro de 2010.
- Lawn, Martin, org. *Modelling the Future: Exhibitions and the Materiality of Education*. Oxford: Symposium Books, 2009.
- Machado, Maria de Fátima Costa Monteiro de Sá. *Maneiras de sentar: contributo para a história das carteiras escolares do ensino primário em Portugal, 1835–1970*. Lisboa: Universidade de Lisboa/Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2004.
- Meda, Juri. “Patentes e Monopólios Industriais: Novas fontes para uma História da Indústria Escolar – primeiras sondagens nos arquivos italianos (1880–1960).” Em *Cultura Material Escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades*, Vera Lúcia Gaspar da Silva, Gizele de Sousa e César Augusto Castro, org. 463–470. Vitória, BR: Sociedade Brasileira de História da Educação; Universidade Federal do Espírito Santo; EDUFES, 2018.
- Mendes, José Amado. *Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

- Miranda, Marta Fontoura. “Património Escolar do Ensino Primário (PEEP) e coleções nos museus do norte de Portugal.” Em *Ensaaios e Práticas em Museologia*, vol. 10, P. M. Homem, B. Andrez, G. Soares e L. Amaral, org. Porto: 2021. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18898.pdf>.
- Mogarro, Maria João. “Património Educativo e Modelos de Cultura Escolar na História da Educação em Portugal.” Em *Cuestiones Pedagógicas* 22 (2012): 67–102.
- Neves, J. S., J. Santos, e L. Ferreira. *Os museus da Rede Portuguesa de Museus em 2022*. Lisboa: Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-ISCTE, 2023. <https://doi.org/10.15847/CIESOPACIC022023>.
- Nóvoa, António, e A. T. Santa-Clara, coords. *Liceus de Portugal: arquivos, histórias, memórias*. Porto: Edições Asa, 2003.
- Peixoto, Anamaria Casasanta. *Museu da Escola de Minas Gerais: um projeto a serviço de pesquisadores e docentes*. Belo Horizonte: Centro de Referência do Professor e Governo de Minas Gerais, 1998.
- Peña Saavedra, Vicente, dir., Manuel Fernández González, e Óscar Montero Feijóo. *Os museos da educación en Internet*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia / Museo Pedagógico de Galicia (MUPEGA), 2004.
- Portugal. Ministério da Educação Nacional. *Decreto nº 22.369*, de 30 de março de 1933.
- Portugal. Ministério da Educação. *Decreto-Lei n.º 206/98*, de 13 de julho. Instituto Histórico da Educação, 1998.
- Portugal. Ministério da Educação. *Decreto-Lei n.º 246/2001*.
- Portugal. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território / Comissão de Coordenação da Região Norte. *O sector da cultura nas Câmaras Municipais da Região Norte*. Porto, 1999.
- Ruiz Berrio, José. “Historia y Museología de la Educación: Despegue y reconversión de los museos pedagógicos.” em *Historia de la Educación* 25 (2006): 271–290.
- Silva, Carlos Manique da. “Modelos de carteiras escolares propostos pela Direção-Geral de Instrução Pública de Portugal (1877): a referência da Exposição Universal de Viena.” Em *Educar em Revista* 35, n. 76 (jul./ago. 2019): 51–69.
- Seção de História da Educação, da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. 1990.

Wlara Rosa Rios Alcântara. *Por uma história económica da escola: a carteira escolar como vector de relações São Paulo (1874–1914)*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2014. [Tese de doutoramento].

Exposições

“Luces de Alén Mar. As Escolas de Americanos en Galicia.” Consello da Cultura Galega e MUPEGA .
Em CITRIME-Murça 14 de fevereiro - 31 de março de 2020.

“A Educação em Portugal: da Ditadura à Democracia.” Em CITRIME-Murça, 23 de setembro de 2020 -
30 de junho de 2021.

“Escolas Conde Ferreira: um marco histórico da Instrução Pública em Portugal.” Exposição itinerante.
Assembleia Municipal de Sesimbra. Em CITRIME-Murça, 25 de outubro de 2019 - 26 de janeiro
de 2020.

“Das Mestras aos Jardins de Infância.” Em CITRIME-Murça, desde 6 de novembro de 2021. Realizada
com a colaboração da Santa Casa da Misericórdia de Murça.

“Heranças Culturais da Educação: memórias e objetos na construção da memória coletiva em
Liberdade.” Em CITRIME-Murça, desde 11 de janeiro de 2025.